

AS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E SUA INFLUÊNCIA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS (1890-1930)

Érica Nadir Andrade Cruz¹

Resumo

Este estudo objetivou investigar o contexto educacional no Brasil, especificamente no que tange ao curso primário, desde 1890, quando foram criados os grupos escolares e vigorava o método intuitivo como essencial no ensino dos conteúdos em sala de aula, até 1930, quando estava na ordem do dia o Movimento da Escola Nova. Para tanto, a literatura já existente foi subsídio. Além disso, apresenta possibilidades de fundamentação teórico-metodológica para pesquisas em história das disciplinas escolares com base na História Cultural.

Palavras-chave: Reformas Educacionais. Ensino Intuitivo. Escola Nova.

THE BRAZILIAN EDUCATIONAL REFORMS AND THEIR INFLUENCE IN THE PRIMARY PUBLIC SCHOOLS (1890-1930)

Abstract

This study aimed to investigate the educational context in Brazil, specifically regarding the primary course, since 1890, when the school groups were created and the intuitive method as essential in the teaching of contents in the classroom, until 1930, when it was in order of the day the New School Movement. For that, the existing literature was subsidy. In addition, it presents possibilities of theoretical-methodological foundation for research in history of the disciplines based on Cultural History.

Keywords: Educational Reforms. Intuitive Teaching. New school.

1. Introdução

Ao longo da primeira República, o método intuitivo foi tido como um modelo educacional. Tendo início na Alemanha, no final do século XVIII, esse método foi tema

¹ Universidade do Vale do Sapucaí – Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470 – Bairro Fátima – Pouso Alegre/MG – CEP 37554-210. E-mail: ericaandrade97@yahoo.com.br

de proposta reformista da ordem pública instituída no final do período imperial. (SAVIANI, 2004). Segundo esse método,

[...] o ensino deve partir de uma percepção sensível. O princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis à observação e à percepção do aluno. Desenvolvem-se, então, todos os processos de ilustração com objetos, animais ou suas figuras (REIS FILHO, 1995, p. 68).

Juntamente com essas transformações no meio educacional, foram estabelecidos no Brasil, no decênio de 1890, os grupos escolares que substituíram as escolas isoladas². Esse modelo, que começou em São Paulo, disseminou-se pelos estados brasileiros, como esclarece Saviani (2004, p. 25): “essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, no interior dos grupos escolares, às classes que, por sua vez, correspondiam às séries anuais.”

No ano de 1901 houve, no Brasil, a Reforma Eptácio Pessoa, que procurou oportunizar a efetivação das ideias colocadas na reforma de Benjamin Constant. Segundo Benjamin Constant, as pessoas só construiriam sua cidadania através da educação, e isso norteou as reformas da educação realizadas na escola normal e também no ensino primário e secundário (SEKI; MACHADO, 2018).

Posteriormente, foi realizada a Reforma Rivadávia Correia, no Brasil. Esta reforma, ocorrida no ano de 1910, foi concretizada por meio de um Decreto de nº 8.659, do dia 5 de abril desse ano, que veio a publicar a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental. Não haveria mais a interferência do Estado no meio educacional, e isso marcou a reforma pelo fato de seus resultados não serem satisfatórios, dando origem a uma falta de ordem na instrução do ensino brasileiro, que acabou sendo marcado pela ausência de administração por parte do Estado. Decorridos quatro anos, em 1915, foi realizada mais uma reforma educacional, a Reforma Carlos Maximiliano, que surgiu para dar estímulo à educação no Brasil. Esta reforma reoficializou a educação, e o Estado passou a interferir novamente no ensino do país (BOMENY, 2010).

No Brasil, nas décadas de 1910 e 1920, a educação passou a ter uma maior importância através de um projeto nacional, o que acarretou um otimismo pedagógico

² Nas escolas isoladas, o professor ministrava sua aula para uma turma de estudantes de diversos níveis de aprendizagem (SAVIANI, 2004).

no que se referia ao poder do ensino apoiado no progresso científico pedagógico, que se direcionava para a formação de um indivíduo moderno para um meio social que estava em fase de mudanças. Assim, ocorreram várias reformas educacionais, tanto federais como estaduais, e isso influenciou no surgimento de movimentos na esfera da educação (BOMENY, 2010).

No decênio de 1920, ocorreram diversas reformas no país, culminando no movimento internacional ocorrido na época chamado Movimento da Escola Nova que:

Pautando-se na centralidade do educando, concebem a escola como um espaço aberto à iniciativa dos alunos que, interagindo entre si e com o professor, realizam a própria aprendizagem, construindo seus conhecimentos. Ao professor cabe o papel de acompanhar os alunos auxiliando-os em seu próprio processo de aprendizagem. O eixo do trabalho pedagógico desloca-se, portanto, da compreensão intelectual para a atividade prática, do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos de aprendizagem, do professor para o aluno, do esforço para o interesse, da disciplina para a espontaneidade, da quantidade para a qualidade (SAVIANI, 2005, p.2).

O que a primeira República almejava era reconstruir o país, e através da educação esse objetivo poderia ser alcançado, pois ela foi colocada em uma posição de maior importância em relação a outras áreas. Imaginava-se que seria possível a educação recuperar seu papel social, baseando-se em uma formação dos estudantes, sendo ela mais humana e preparando-os para a vida. A função do docente, na Escola Nova, era a de tornar mais fácil a aprendizagem e o estudante estava na posição central do processo de ensino (SAVIANI, 2005). De acordo com Carvalho (2004, p. 93) “a sedução exercida pela moderna pedagogia era grande, pois seus métodos, centrados na atividade do aluno, eram considerados mais eficientes do que os antigos, na consecução desse programa”.

O ensino não está livre das transformações promovidas por reformas educacionais que ocorreram em diversas épocas históricas. Dessa forma, objetivou-se, com este trabalho, investigar o contexto educacional no Brasil no que se refere ao ensino público primário sob a influência de reformas no âmbito da educação brasileira desde 1890, com a criação dos grupos escolares e a adoção do método intuitivo, até o ano de 1930, já sob a influência da Escola Nova.

2. Os Movimentos de Reforma na Educação Primária no Brasil

As reformas educacionais ocorridas em diversas épocas propiciam um estudo da história das disciplinas escolares, já que se podem identificar as finalidades de uma disciplina em certo momento e indicar de forma mais precisa o que difere um período de outro. Nem sempre as finalidades consignadas em documentos são reais. Deste modo, cabe ao historiador diferenciar as finalidades reais das de objetivo, pois ao estudar as finalidades do ensino não se deve basear-se apenas em anotações oficiais.

Segundo Chervel (1990, p.192), nessas épocas de reforma as instituições de ensino aguardam novas finalidades, o que provoca uma desordem nas finalidades já existentes. Assim, ao estudar as finalidades no ensino de uma disciplina é preciso considerar o que vem do legislador, finalidades de objetivo e o que ocorre na escola, utilizando-se de documentos produzidos na realidade pedagógica (CHERVEL, 1990).

Nessa direção, o período em estudo – 1890 a 1930 - abarca uma gama de transformações nos rumos da educação no Brasil, foco deste estudo. Retomando o final do Império, ocorreram debates sobre temas envolvendo a instrução pública de ensino. A via desses debates voltava-se para a formação de um plano nacional de ensino.

No ano de 1888, após a abolição da escravidão, e no ano de 1889, sendo proclamada a República, a constituição de um plano educacional já seria uma dedução óbvia. Mas, não foi necessariamente o que ocorreu. A nova organização da época não adotou a educação pública primária como uma questão de âmbito federal. A propagação do ensino através da disseminação das instituições de ensino público primário foi enfrentada pelos Estados (SAVIANI, 2004).

Assim, propõe-se apresentar uma periodização de dois importantes momentos ocorridos na educação pública primária no Brasil, sendo destacada, no primeiro momento, a educação primária no Brasil (1890-1919), que engloba a implantação dos grupos escolares e o método intuitivo, e, no segundo momento, a educação primária no Brasil (1920-1930), abrangendo as diversas reformas ocorridas nos estados e o Movimento da Escola Nova.

A Educação Primária no Brasil (1890-1919)

Na primeira constituição brasileira, sendo o ano 1891, foram estabelecidos fundamentos de ordem federal que contribuíam para ampliar o poder e soberania das províncias que se tornaram Estados. Dessa forma, a organização do ensino poderia ser feita por cada estado, mesmo não havendo a possibilidade de intervenção nas ações de um estado para o outro, tais ações eram independentes e frequentemente divergiam (FERREIRA, 2013).

Anos depois de proclamada a República, as instituições de ensino superior ficaram sob a responsabilidade da União, assim como a competência da educação primária e secundária foi colocada para o Distrito Federal em um processo de colaboração com os municípios. (SCHUELER; MAGALDI, 2008). A instituição de ensino foi, para os republicanos, a marca da instauração de um novo país ordeiro, um meio para fixar o desenvolvimento. Versava-se sobre o formato de um país que não tinha forma, de firmar a organização da nação, de formar uma nação (FERREIRA, 2013).

O método de estruturação do ensino no país sofreu influência da ciência, visto que foi apoiado em experiências de pensadores e políticos com vistas a inserir e difundir um ensino escolar, um entusiasmo favorável para o ensino na primeira República. Para Saviani (2004, p.22) “emergia a tendência de considerar a escola como chave para a solução dos demais problemas enfrentados pela sociedade, dando origem à ideia da escola redentora da humanidade”. No começo da gestão republicana, o desafio foi oferecer um ensino escolar para o povo, porém, de modo simultâneo, poderia ser a saída para os impasses políticos, econômicos e sociais. Nesse sentido, foi realizada uma campanha nacional na esperança de erradicar o analfabetismo e difundir o modelo escolar primário (FERREIRA, 2013).

Empregar um programa de ensino primário moderno e a qualificação dos docentes que iriam exercer suas funções nesse tipo de ensino foram ações destacadas como a junção principal dessa reforma que estabeleceu a Escola-Modelo na cidade de São Paulo, conquistando prestígio, transformando-se em um elemento de análise das práticas educacionais que teriam que ser inseridas nas diversas instituições de ensino do estado. Sua aparência foi um elemento relevante, obtida pelo destaque trazido na arquitetura da “Escola Normal Caetano de Campos” e também da

“Escola-Modelo” de São Paulo, devido a sua característica imponente e por sua localização, sendo no centro da capital, situado na Praça da República, um ambiente simbólico da cidade. (SCHUELER; MAGALDI, 2008). Esses novos espaços arquitetônicos proporcionados pelos grupos escolares são relatados por Faria Filho e Vidal (2000, p.25):

[...] o convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.25)

Na segunda metade do século XIX, com o crescente afastamento do método de ensino mútuo³, nasce o método intuitivo, quando métodos de ensino modernos foram tomando seu próprio formato. Em conformidade com esse método, “o ensino deve partir de uma percepção sensível. O princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis à observação e à percepção do aluno. Desenvolvem-se, então, todos os processos de ilustração com objetos, animais ou suas figuras” (REIS FILHO, 1995, p. 68).

Esse procedimento conhecido como lições de coisas foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino, diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX, ao mesmo tempo em que essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino. Esses materiais, difundidos nas exposições universais, realizadas na segunda metade do século XIX com a participação de diversos países, entre eles o Brasil, compreendiam peças do mobiliário escolar; quadros negros parietais; caixas para ensino de cores e formas; quadros do reino vegetal, gravuras, objetos de madeira, cartas de cores para instrução primária; aros, mapas, linhas, diagramas (SAVIANI, 2005, p.8).

O método de ensino intuitivo ficou em evidência pelo fato de reconhecer que a percepção sensível era o caminho para toda forma de conhecimento, sendo este diferente do método tradicional, dando importância para um ensino realizado de forma verbal, valorizando as habilidades de raciocínio e, portanto, de forma abstrata. O método intuitivo buscava dar início com o estudante na educação primária, ensinando-

³ Método de ensino no qual o professor dividia seus deveres de lecionar com monitores, cujo objetivo era democratizar as atribuições de seu cargo (BASTOS, 1997).

os por meio dos sentidos, em que se trabalhava a percepção das cores, figuras, fatos relacionados, os sons, etc.

Dessa forma, a intuição intelectual era estruturada e desenvolvida no momento em que eram percebidas as relações entre coisas, seja por semelhança, causas, etc. Ou seja, deixando um ensino vindo da utilização exclusiva de livros, a escrita da criança tinha que ocorrer por meio da percepção, através da observação e percepção das relações entre os acontecimentos (ARANHA, 1996).

A Educação Primária no Brasil (1920-1930)

No ano de 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educação - ABE. Essa associação constituiu-se como representante da causa educacional e também como um ambiente exclusivo para debates relativos aos projetos de educação pública no Brasil, tendo uma estruturação com os projetos voltados para a organização da nação. Nos debates sobre a educação manifestados no decênio de 1920 e que se estendeu para o decênio de 1930, surgiram como atores principais os educadores apresentados pelos historiógrafos como “escolanovistas”, ou como “renovadores”, “liberais” e “educadores católicos” (SCHUELER; MAGALDI, 2008).

Ainda que seja ampla a definição do escolanovismo, pode-se indicar algumas tendências que marcam essa cultura, dentre elas, é possível apontar a “cientificização progressista das práticas educativas”, que defende a ideia da necessidade de desenvolvimento referente ao aprimoramento e normatização profissional desses professores na esfera educacional, expondo uma imagem mais clara e estimulando a formação adequada dos professores em locais adequados com influências revolucionárias (SCHUELER; MAGALDI, 2008, p. 50).

Voltando para a formação dos grupos escolares e sua instituição no país, é importante colocar que, mesmo não tendo sido introduzidos em todas as partes do país, entre os anos de 1920 e 1930, os grupos escolares tiveram modificações quanto ao seu modo de organização e na cultura escolar em que estavam envolvidos.

As reformas de ensino, inspiradas em ideais escolanovistas, em que pese a diversidade de propostas que defendiam e de suas diferentes realizações, tenderam a ressignificar tempos e espaços escolares. Os princípios que deveriam reger as edificações pautavam-se em necessidades pedagógicas (iluminação e ventilação adequadas, salas de jogos, pátios de recreação,

instalações sanitárias etc.), estéticas (promoção do gosto pelo belo e pelo artístico), e nacionalizantes (constituição do sentido de brasilidade, pela retomada de valores arquitetônicos coloniais e pelo culto às nossas tradições) (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.28).

O universo escolar, na visão dos reformistas da Escola Nova, teria que ser educativo, “alegre, aprazível, pitoresco e com paisagem envolvente”. A construção evidenciava diversos fatos contidos na ideologia dos escolanovistas, uma vez que envolvia vários cenários, como, por exemplo, laboratórios e salas pertencentes à saúde, assim como um acesso único para estudantes de ambos os sexos, concretizando os fundamentos da coeducação. As bibliotecas das escolas, bem como os museus, foram renovados e passaram a ser ambientes de experimentação, isto é, proporcionando a realização de práticas contínuas do estudante.

Abolidas as carteiras fixas, cadeiras e mesas construía novas maneiras de uso do espaço da sala de aula. Distribuídos os alunos e alunas em grupos, a posição dos móveis era alterada, negando a frontalidade com o quadro-negro e deslocando da posição central a professora (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.28).

Com o surgimento do Movimento da Escola Nova, os grupos escolares, apesar de terem continuado, passaram por uma reformulação em sua estrutura física e organizacional e no ensino das disciplinas. Foi feita uma nova organização referente à maneira de se pensar a escola, no caso, os personagens mudaram de papel no que diz respeito ao desenvolvimento da aprendizagem e no método de ensino.

3. Considerações Finais

Nota-se que, no período de 1890 a 1930, o ensino primário no Brasil enfrentou inquietações e movimentos que acabaram por traçar o que tinha que ser ensinado nas instituições de ensino e também a maneira de se ensinar. Observa-se que houve um plano inovador, com a implantação dos grupos escolares, que envolvia desde a infraestrutura até o método de ensino, vigorando o método intuitivo e alguns princípios do ensino tradicional. O aluno tinha participação passiva e o professor era o detentor do conhecimento.

Na Escola Nova era preciso que o estudante tivesse uma formação humana e que fosse preparado para a vida, e ao Estado caberia ser o responsável por essa

formação, e isso iria colaborar para mudanças na economia, na política e na sociedade. Os docentes deveriam se basear em fundamentos da psicologia para refletir sobre o ensinar, para que houvesse uma preparação e desenvolvimento das aulas levando em consideração o interesse do aluno.

Ao apresentar o contexto dos objetivos desta pesquisa, foi possível notar que, através dessas circunstâncias, houve uma reflexão sobre o ensino para se adequar às propostas que estavam em vigor no período estudado, o que permitiu observar o quanto as reformas ocorridas na época influenciaram tanto no que deveria se ensinar como na forma de se ensinar.

4. Referências

ARANHA, M. L. A. **História da educação**. (2 ed. rev. ampl.). São Paulo: Moderna, 1996.

BASTOS, M. H. C. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808 – 1827). **História da Educação**. Pelotas (1): 115 – 133. Abr. 1997.

BOMENY, H. Reformas Educacionais. In: ABREU, A. A. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. > Acesso em: 18 fev. 2018.

CARVALHO, M. M. C. A escola nova no Brasil: uma perspectiva de estudo. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 21, n. 7, p.90-97, set./dez, 2004.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Aprendizagem**, v. 2, 1990.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Mai./Jun./Ago. 2000, nº14.

FERREIRA, A. E. C. S. Organização da instrução pública primária no Brasil. **Impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890-1930)**. Tese de doutorado. Uberlândia MG. 2013.

REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, D. **A escola pública brasileira no longo século XX (1890-2001)**. Trabalho realizado com apoio do CNPq. III Congresso Brasileiro de História da Educação. Sessão de Comunicação Coordenada: “O século XX brasileiro: da universalização das primeiras letras ao Plano Nacional de Educação (1890-2001)”. Curitiba, 7 a 10 nov. 2004.

SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 ago, 2005.

SCHUELER, A. F. M.; MAGALDI, A. M. B. M. **Educação escolar na primeira república**: memória, história e perspectivas de pesquisa. PROPED/Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Out, 2008.

SEKI, A. L. S.; MACHADO, M. C. G. A disciplina de instrução moral e cívica na Reforma educacional de Benjamin Constant de 1890. **JORNADA DO HISTEDBR**, VIII, 2008.